

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

**Conselho Executivo
Oitava Sessão Ordinária
16 – 21 Janeiro 2006
Khartoum, SUDÃO**

EX.CL/ 227 (VIII)

**RELATÓRIO DA 6ª CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC,
13 - 18 DEZEMBRO DE 2005, HONG KONG, CHINA**

RELATÓRIO DA 6ª CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC,
13 – 18 DEZEMBRO 2005, HONG KONG, CHINA

Introdução

1. A Sexta Conferência Ministerial da OMC teve lugar de 13 a 18 de Dezembro de 2005 em Hong Kong, China, num clima de grandes expectativas seguindo o impasse que caracterizou Cancun em 2003 causado pela recusa dos países em desenvolvimento de ceder à pressão dos países desenvolvidos sobre as questões de Singapura. De salientar que os países da União Africana, o Grupo dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) reagruparam-se como Grupo (G90) com vista a enfrentar em conjunto os países desenvolvidos. Os objectivos da Conferência eram de avaliar o progresso feito nas negociações desde Cancun, e chegar a consenso sobre as medidas a serem adoptadas em vista do Ciclo de Doha cujo objectivo inicial prende-se com o desenvolvimento e finalmente ajustar passos concretos para reencaminhar a ronda de desenvolvimento a fim de alcançar o seu objectivo e prosseguir com negociações em algumas das questões mais marcantes com vista a concluir com sucesso a Ronda de negociações da OMC em Doha em 2006.

Actividades Preparatórias da Conferência de Hong Kong

2. Os países africanos compreenderam que na actual era de globalização, a visão e o objectivo da África em alcançar um desenvolvimento sócio-económico rápido e sustentável, erradicar a pobreza e integrar efectivamente na economia global não pode ser concretizado a menos que as disparidades no sistema comercial multilateral actual sejam eliminadas. Contudo, eles têm estado activamente envolvidos no processo da OMC desde a adopção do Programa de Trabalho de Doha (DWP) durante a 4ª Conferência Ministerial da OMC realizada em Doha, Qatar, em Novembro de 2001. Na verdade, a adopção do DWP e o compromisso assumido pelos 149 membros da OMC de centrar a dimensão de desenvolvimento de todos os aspectos do Programa foi em certa medida devido aos esforços dos países africanos. O principal objectivo da África na actual Ronda de Doha é de libertar o sistema comercial multilateral das disparidades em comparação com os países desenvolvidos, principalmente os da África, e fazer com que o sistema se desenvolva de forma mais harmoniosa.

3. Nos preparativos para Hong Kong, os países africanos, com o apoio técnico da Comissão Económica da África (CEA), das ONGs e das organizações da sociedade civil realizaram várias actividades, algumas das quais financiadas pelo PNUD. Isto inclui a preparação de estudos técnicos e a organização de várias sessões, actividades, seminários e reuniões sobre diferentes questões da agenda da OMC extremamente importantes para o desenvolvimento da África com vista a articular nelas as posições comuns africanas. Tal como solicitado através de mandato e conforme as indicações emanadas das Decisões dos Chefes de Estado e de Governo da UA, a Comissão da UA desempenhou o papel de facilitador e coordenador em algumas actividades preparatórias.

4. Os resultados dos estudos técnicos e dos seminários (workshops) realizados aos níveis nacional, regional e continental facilitaram as deliberações dos Ministros do Comércio da UA na sua 3ª Sessão Ordinária realizada no Cairo, Egipto em Junho de 2005 durante a qual os Ministros reafirmaram o seu compromisso em empenharem-se construtivamente no processo dos preparativos para Hong Kong e reiteraram a urgência

de respeitar o compromisso do mandato de Doha em colocar as necessidades e interesses dos países em desenvolvimento e principalmente os LDCs, no «coração» do programa de trabalho da OMC. A esse respeito, eles adoptaram dois documentos importantes, nomeadamente a Declaração de Cairo e o Mapa de Estradas. Os temas básicos destas declarações cingem sobre a importância da Conferência de Hong Kong em prosseguir com as negociações, enquanto ao mesmo tempo se mantem o mesmo nível de ambição incluído na Declaração de Doha. Isto facilitou uma orientação política aos negociadores africanos em Genebra e foi utilizado de forma exaustiva por eles nas suas negociações.

5. Tal como foi decidido na Conferência do Cairo, a 2ª Sessão Extraordinária da Conferência dos Ministros do Comércio da UA foi realizada em Arusha, Tanzânia de 22 a 24 de Novembro de 2005, durante a qual os Ministros passaram em revista o estado do desenrolar das negociações depois da adopção do pacote de Julho. Eles emendaram a agenda de desenvolvimento e deram orientações sobre o processo de questões relacionadas com o Desenvolvimento, Agricultura, Serviços, Não Acesso ao Mercado Agrícola (NAMA), com a Ajuda à iniciativa comercial e outras questões tal como considerado na conclusão adoptada denominada “The Arusha Development Benchmarks” para a Sexta Conferência Ministerial da OMC em Hong Kong, China.” Durante a Conferência de Arusha, houve uma sessão de interacção dos Ministros Africanos do Comércio com o Director Geral da OMC, o Ministro do Comércio de Hong Kong e o Presidente da 6ª Conferência Ministerial da OMC, bem como os Ministros dos principais grupos e países incluindo os da UE, EUA, Brasil e Índia, o que permitiu uma troca de pontos de vista e busca de apoio para uma posição comum africana. Deste modo, os países africanos estavam relativamente bem preparados para Hong Kong.

6. O resultado de Arusha foi amplamente utilizado pelo Grupo ACP e o G90 na sua reunião em Bruxelas antes de Hong Kong. Verificou-se que ambos os grupos ACP e os LDC concordaram com a posição da UA. Um documento complexo do G90 desenvolveu o que tinha sido usado em Hong Kong para as negociações como um Grupo. Por outro lado, de acordo com as directrizes dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana de formarem um grupo coeso, o G90 que é basicamente constituído por Estados Membros da UA juntou-se ao Grupo de 20 o qual compreende alguns países em desenvolvimento não africanos tais como a Índia e o Brasil para formar a aliança do G110. Pela primeira vez na história das Conferências Ministeriais da OMC, uma reunião Ministerial do G110 teve lugar para trocar pareceres de forma a obter melhor coordenação de esforços com vista a desenvolver uma visão sobre questões de interesse comum. O estabelecimento da aliança do G110 contribuiu para melhorar o poder de negociação dos países desenvolvidos e de algumas orientações inerentes aos resultados da Conferência.

Organização dos Trabalhos em Hong Kong

7. A 6ª Conferência Ministerial da OMC caracterizou-se pela participação massiva de países africanos na gestão do processo de “green room” da Conferência. Os Ministros do Comércio da Nigéria e do Quênia actuaram como Vice Presidente da Conferência e Facilitador das negociações em Agricultura respectivamente. Os Ministros do Comercio do Gana e da África do Sul foram igualmente designados como Amigos da Presidência da Conferência. Estes Ministros Africanos bem como os Ministros do Comércio do Egipto, Maurícias e Zâmbia na qualidade de chefe de porta-voz para a UA, ACP e LDCs respectivamente participaram também nas reuniões do “green room” que finalizaram o

texto da Declaração Ministerial. Cada Ministro fez-se acompanhar pelo seu Embaixador em Genebra. Assim, a África tal como os demais esteve representada com sete Ministros envolvidos no processo do «green room» que envolveu cerca de trinta e cinco membros. Trata-se de um desenvolvimento positivo para a África na sua missão de transparência e de participação no processo da OMC.

8. Na realidade, a Conferência de Hong Kong foi uma Conferência de negociação. O Grupo Africano, os ACP, os LDCs estiveram reunidos inicialmente como grupos separados e mais tarde como o G90, duas vezes por dia com vista a recolherem informações sobre as discussões nos “green rooms” pelos seus respectivos porta-vozes e reajustar o mandato que lhes foi concedido à luz das negociações do “green room”. Ao mesmo tempo, as alterações do texto feitas diariamente nas questões mais importantes foram feitas por peritos para apreciação dos facilitadores das propostas de negociação. Também se deram conferências de imprensa diariamente com vista a sensibilizar a imprensa e a comunidade internacional sobre o estado das negociações na perspectiva do G90.

Questões principais na Chegada a Hong Kong

9. Os Estados Membros da UA prosseguiram para Hong Kong com o objectivo de obter resultados positivos sobre as preocupações expressas sobre os padrões de desenvolvimento de Arusha, entre outros:

- Eliminação imediata das subvenções de algodão que alteram as regras comerciais;
- Propor a data de 2010 para os subsídios de exportação;
- Emenda do Anexo C na rubrica Serviços bem como o parágrafo 21 correspondente no texto do Projecto de Declaração;
- O alargamento do acesso ao mercado para produtos agrícolas e industriais de exportação com interesse para os países africanos, incluindo a eliminação de aumento de tarifas e suprimimento da parte dos países desenvolvidos das restrições em matéria de quotas de acesso aos mercados no que respeitam todos os produtos provenientes dos LDCs;
- A conservação do espaço político e as flexibilidades necessárias em todos os aspectos das negociações para que os países africanos possam alcançar os seus objectivos legítimos de desenvolvimento;
- Garantir que as obrigações a serem cumpridas pelos países africanos sejam proporcionais ao seu nível de desenvolvimento;
- Aumento de assistência técnica e financeira para conseguir reajustamento de custos e edificar o comércio e a capacidade de fornecimento aumentando a competitividade;
- Transparência e participação activa no processo de negociação; e

- Insistir na necessidade de Tratamento Especial e Diferencial em todos os três pilares das negociações de Agricultura e o papel dos Produtos Especiais bem como um Mecanismo de Salvaguarda Especial como um meio de garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento rural e relevar os meios de subsistência dos países em desenvolvimento.

Conclusões de Hong Kong

10. Durante o período das negociações na Conferência Ministerial de Hong Kong, os Membros da OMC tomaram a decisão estratégica de minimizar o nível de ambição de Hong Kong. Tratava-se de um reconhecimento tácito das maiores divergências sobre as questões mais importantes das negociações e esta ideia falhou na 6ª Sessão da Conferência Ministerial da OMC. O fracasso de Hong Kong foi considerado como catastrófico para o sistema de comércio multilateral e teve que ser evitado a todo o custo. O modesto resultado em Hong Kong foi todavia uma consequência lógica da falta de determinação política por alguns Membros da OMC em avançar com as promessas de desenvolvimento feitas em Doha.

11. Após seis dias de intensivas consultas/ negociações, a Conferência Ministerial adoptou a Declaração de Hong Kong a 18 de Dezembro de 2005, com muitos elementos, o que não satisfaz as exigências e expectativas dos países africanos e não consignam os seus interesses e preocupações devidamente tal como exposto na Declaração do Cairo, o Mapa de Estradas do Cairo e os padrões de Desenvolvimento de Arusha. Os principais elementos dos resultados de Hong Kong que podem ser considerados como concretizações positivas para a África são:

- A eliminação de todas as formas de subvenções de exportação até 2013;
- A eliminação de todas as formas de subvenções de exportação de algodão pelos países desenvolvidos em 2006;
- Isenção de direitos e acesso ao Mercado livre com isenção de quotas para todos os produtos provenientes dos LDCs até 2008;
- Na Agricultura e no NAMA (não acesso ao Mercado agrícola), evidenciou-se uma estrutura para as modalidades integrais; o compromisso das negociações de NAMA de reduzir ou como adequado, eliminar tarifas, incluindo a redução ou eliminação de tarifas máximas e impostos elevados, aumento de tarifas, principalmente em produtos de exportação vantajosos para os países em desenvolvimento, e ter em consideração os principais interesses e necessidades dos países em desenvolvimento, incluindo a questão de reciprocidade na redução de obrigações;
- A iniciação de trabalho em Ajuda para a iniciativa do comércio como um instrumento para ajudar os países em desenvolvimento particularmente os LDCs a tirarem proveito de novas oportunidades de exportação e melhorar a sua capacidade de comercialização. Isto é um claro reconhecimento dos constrangimentos que impedem a habilidade dos países em desenvolvimento de responder às oportunidades do acesso ao mercado;

- Alguns processos na prevenção do abuso de ajuda alimentar como uma forma dissimulada de exclusão.

12. Apesar dos elementos enumerados acima como resultados positivos, são atenuados através do que se segue:

- A confirmação da data final de 2013 é fundamental para a concretização das modalidades;
- Há uma pequena vitória a favor dos produtores de algodão nos países em desenvolvimento. Apesar das subvenções virem a ser eliminadas em 2006, isso constitui apenas uma pequena parcela da alteração do comércio. Não há uma acção concertada quanto à alteração de subvenções domésticas cujo montante é cerca de 80-90% da ajuda total em US para as subvenções domésticas de algodão. As subvenções domésticas também constituem quase todas as subvenções europeias de algodão. Como alternativa tomaram-se alguns compromissos relacionados com a competição em exportação e apoio ao acesso ao mercado relativamente na questão do algodão;
- No que respeita a Ajuda para a Iniciativa de Comercialização, o único compromisso é a criação de uma tarefa incumbida ao Director-Geral da OMC de informar ao Conselho Geral até Julho de 2006. Não há compromissos concretos sobre novos recursos para esta iniciativa contidos na Declaração de Hong Kong apesar de algumas ofertas feitas por alguns países;
- Em vez de direitos limitados e da livre quota de acesso dos países ricos aos mercados para todos os produtos dos LDCs, há uma cláusula evasiva em que os países com dificuldades fornecendo tais acessos ao Mercado devem fornecer acesso para 97% dos produtos permitindo aos países desenvolvidos a continuarem a proteger os chamados «produtos sensíveis que são vantajosos para a exportação para os LDCs, tais como os têxteis e vestuário, arroz, açúcar, produtos de couro e produtos de pesca. Aos LDCs são apenas concedidos direitos que na realidade não permitem realizar esses direitos.

13. Além disso, as alterações propostas no texto pelos países em desenvolvimento no Anexo C no que tocante aos Serviços foram rejeitadas. Foram acordados novos métodos de negociações (plurilateral, sectorial, modal), o que irá corroer as flexibilidades disponíveis para os países em desenvolvimento de liberalizar apenas em sectores que eles escolham e extensivos à sua vontade. Isso vai pressionar bastante os países africanos a abrirem sectores de serviços sensíveis às corporações poderosas do Norte e é uma diminuição do desenvolvimento de flexibilidades amistosas inerente ao Acordo do GATT. Do mesmo modo, no que tange as negociações de NAMA, a adopção da Fórmula Suíça, se bem que com diferentes coeficientes, poderia ter um impacto negativo sobre as perspectivas da industrialização em África. Além disso, a data final de 2013 para a eliminação das subvenções de exportação na área agrícola perde significativamente quando comparado aos prejuízos causados aos agricultores africanos pelas medidas de apoio interno nos países ricos. O apoio interno na UE eleva-se a 55 biliões de euros, enquanto que as subvenções sobre exportações elevam-se a 3 biliões de euros.

Acção de Seguimento

14. Muitas das decisões difíceis foram adiadas para uma reunião posterior em Abril de 2006. Em Agricultura, há muito trabalho a ser feito sobretudo na área das subvenções internas. Os membros da OMC necessitam de completar todas as modalidades em Agricultura e em NAMA através do novo prazo estipulado pelos mesmos.

Conclusão

Em vista dos seus resultados, a Conferência de Hong Kong constitui um marco importante nas negociações. Contudo, quando comparado aos objectivos de desenvolvimento, não se pode dizer que Hong Kong foi um sucesso. Assim, o Grupo da UA deve manter-se alerta e unido com vista a melhorar o seu método de forma a concretizar as modalidades do pacote de Julho de 2004. Os países africanos necessitam de reforçar a sua coordenação e harmonizar a sua posição na última fase das negociações do Programa de Trabalho do Doha porque não há alternativa credível para o sistema de normas básicas da OMC. É muito mais do que o comércio. Trata igualmente da paz e segurança porque a Ronda Comercial de Doha é uma parte integral da agenda global e é essencial para a conclusão dos MDGs.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2006

Report of the 6th WTO ministerial conference, 13 – 18 December 2005, Hong Kong, China

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4379>

Downloaded from African Union Common Repository